

A EMERGÊNCIA DA SUBJETIVIDADE COMO AÇÃO DE RESISTÊNCIA AO JORNALISMO MASCULINISTA- COLONIALISTA

THE EMERGENCE OF SUBJECTIVITY AS AN ACT OF RESISTANCE TO MASCULINIST-COLONIALIST

Marcia Veiga da Silva ¹

Resumo: Neste artigo discuto como as narrativas dos jornalistas Caco Barcellos e Eliane Brum sobre o Jornalismo e sobre suas práticas jornalísticas são delineadas pela dimensão subjetiva e dão pistas sobre como podem ser pensadas como ações de resistência ao masculinismo colonialista predominante no campo. Ao analisar estas narrativas, penso ter encontrado pistas de rupturas paradigmáticas e epistemológicas que forjam os tipos de conhecimento que norteiam a profissão e fazem do conhecimento social do jornalismo (Genro Filho, 1987) um reprodutor dos sistemas de poder-saber (Foucault, 2012) que transformam diferenças em desigualdades. Ao fazerem emergir a dimensão subjetiva, esses jornalistas demonstram expressar a condição de agência e de reflexividade (Giddens, 2002;2003) dos profissionais, ignorada pelos saberes prevalentes no campo, bem como os moldes de uma objetividade feminista – uma objetividade localizada (Haraway, 1995) – que contraria e coloca em xeque as condições restritivas de inteligibilidade promovidas pela noção de objetividade jornalística dominante.

Palavras-Chave: Jornalismo.Subjetividade.Resistência.

Abstract: In this article, I discuss how the narratives of journalists Caco Barcellos and Eliane Brum about journalism and their journalistic practices are shaped by the subjective dimension and offer clues as to how they can be considered acts of resistance to the prevailing colonialist masculinism in the field. By analyzing these narratives, I believe I have found clues to paradigmatic and epistemological ruptures that forge the types of knowledge that guide the profession and make the social knowledge of journalism (Genro Filho, 1987) a reproducer of the power-knowledge systems (Foucault, 2012) that transform differences into inequalities. By bringing the subjective dimension to the forefront, these journalists demonstrate the agency and reflexivity (Giddens, 2002; 2003) of professionals, ignored by the prevailing knowledge in the field, as well as the molds of a feminist objectivity – a situated objectivity (Haraway, 1995) – that contradicts and challenges the restrictive conditions of intelligibility promoted by the dominant notion of journalistic objectivity

Keywords:. Journalism.Subjectivity.Resistance

¹ Doutora em Comunicação e Informação, Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS, marcia.silva@pucrs.br.

1. Introdução

Quando o corpo e as sensações emergem reconhecidos como elementos cognitivos dos modos como a realidade social é interpretada, estamos diante de uma quebra com as normas assépticas de uma objetividade colonizada (aquela que aparta o sujeito, e as dimensões subjetivas, daquilo que conhece). Em especial quando esses elementos são parte de uma prática profissional exemplar no trato com a diferença, realizada por jornalistas amplamente reconhecidos pelos pares e pela sociedade. Ao analisar as narrativas de Caco Barcelos e Eliane Brum, entre outros jornalistas renomados no Brasil, encontrei pistas sobre como a faceta subjetiva é acionada por esses profissionais quando os mesmos se referem ao Jornalismo, às práticas jornalísticas e aos modos de objetivação jornalística pelos quais a deontologia da profissão (em seus aspectos normativos e éticos) é colocada em ação por eles. Ao resgatarem a dimensão subjetiva como parte de uma objetividade corporificada, localizada e limitada (HARAWAY, 1995), dão mostras das condições de possibilidade para que a noção de objetividade jornalística dominante (moderna-positivista-cartesiana-colonial-masculinista-racista-classista-cisheterossexista) seja subvertida, o que interpreto como ações de resistência aos regimes de poder-saber (FOUCAULT, 2012) do qual o jornalismo é um dos dispositivos.

Ao trazer essas dimensões subjetivas (seja através da inclusão do corpo e dos sentidos, das memórias e histórias de vida pessoal) esses profissionais o fazem não com um intuito subjetivista, mas em uma dimensão crítica e reflexiva. Por esse prisma, demonstram uma tomada de consciência de que a construção do Outro se dá a partir da leitura deste por um Eu situado, cognitivamente localizado e limitado no tempo e no espaço. Ao fazerem emergir a condição de reflexividade (GIDDENS, 2002) demonstram não apenas a capacidade de agência (GIDDENS, 2003) constantemente ignorada por tal noção de objetividade. Demonstram uma ruptura epistemológica com o ideário moderno-positivista-cartesiano-colonialista, que está nas bases do cientificismo e do jornalismo e delinea os discursos com status de verdade. Tal ruptura produz, sobretudo, uma condição responsabilização por aquilo que somos capazes de interpretar e nos impactos destas interpretações na construção da realidade.

Ao analisar as narrativas de si imiscuídas no delineamento da identidade profissional por parte de alguns dos maiores expoentes do jornalismo brasileiro, pude perceber algumas pistas de como operam as resistências aos modos de objetivação jornalística dominantes - responsáveis, no meu entendimento, pelos processos que transformam diferentes em desiguais.

Esta percepção se deu através da pesquisa “O nós e o Outro nas práticas jornalísticas de excelência: a história de vida de jornalistas reconhecido(a)s no Brasil como parte dos conhecimentos para o exercício da alteridade no Jornalismo”², que reuniu análises de entrevistas e de livros de repórter (MAROCCO, 2011) de jornalistas brasileiros renomados³ entre eles Caco Barcellos e Eliane Brum, dos quais trago fragmentos das análises relativas a eles neste artigo.

Num primeiro momento, apresento as fundamentações que me levaram a compreender que o conhecimento do, sobre e para o Jornalismo é um conhecimento generificado, racializado, colonizado, concebido em estruturas paradigmáticas e epistemológicas restritivas para a leitura complexa da realidade e dos sujeitos na contemporaneidade. No cerne da racionalidade dominante no campo do jornalismo está a noção de objetividade - aqui entendida como uma objetividade moderno-positivista-colonialista-masculinista-racista-classista-cisheterossexista (VEIGA DA SILVA, 2015) que, sobretudo, aparta a dimensão subjetiva da dimensão objetiva nos processos cognitivos de interpretação da realidade. O entendimento destas dimensões paradigmáticas e epistêmicas, que organizam as relações de poder e saber no campo, podem ser percebidas no exercício da profissão operando nos modos como os valores, a cultura profissional e as hierarquias que regem as práticas reproduzem as convenções sociais hegemônicas (de gênero, de raça, de classe, etc) tanto no âmbito dos conhecimentos quanto das relações. Por esse prisma, apoiada pelos estudos feministas, de gênero e decoloniais o jornalismo foi entendido como masculino (VEIGA DA SILVA, 2010) e colonizado® (VEIGA DA SILVA, 2015).

Num segundo momento, apresento alguns dados da pesquisa “O nós e o Outro”, em que através das narrativas dos jornalistas Caco Barcellos⁴ e Eliane Brum encontro pistas de ações de resistência a esses regimes de poder e saber que constituem os conhecimentos e práticas jornalísticas prevalentes no campo. Se as práticas jornalísticas masculinistas veem

² Pesquisa de pós-doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), no período entre 2015 e 2020, com financiamento de bolsa PNPd-CAPES, supervisão de Beatriz Marocco.

³ Foram objeto de análise da pesquisa as obras e entrevistas dos jornalistas Adriana Mabília, Caco Barcellos, Daniela Arbex, Eliane Brum, Fabiana Moraes, Nana Queiróz, Pablito Aguiar e Patrícia Campos Melo.

⁴ Trago alguns fragmentos da entrevista concedida em 2011 por Caco Barcellos à pesquisa “O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas”, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Estudos em Jornalismo, iniciada em 2009, com recursos oriundos de um edital universal do CNPq, coordenada Beatriz Marocco, na qual participei ainda no doutorado. Os dados desta entrevista não estão publicados no livro que reúne as demais realizadas com outros jornalista a pedido de Caco, e o acesso ficou restrito aos participantes do Grupo de Pesquisa.

(re)produzindo desigualdades, protegidas pelo manto da objetividade e pela égide dos regimes de verdade, as práticas destes profissionais trazem a subjetividade como parte das ações de resistência a esses modelos hegemônicos e demonstram a possibilidade de melhores encontros com a alteridade. Os modos pelos quais a dimensão subjetiva é acionada por esses profissionais coloca em xeque as condições restritivas de inteligibilidade promovidas pela noção de objetividade jornalística dominante, aproximando-se da noção feminista de objetividade corporificada e localizada (HARAWAY, 1995). O jornalismo pensado, sentido e refletido em dimensão reflexiva por parte destes profissionais demonstra como as práticas profissionais guiadas por valores convencionados como femininos subvertem as relações de poder (entre jornalistas e fontes, entre jornalistas e jornalistas, entre os tipos de notícias) e incidem na produção de conhecimentos mais afeitos as alteridades.

2. O masculinismo do jornalismo

Em pesquisas anteriores afirmei que o jornalismo tem gênero, e é masculino (VEIGA DA SILVA, 2010; 2015). Gênero, na perspectiva adotada, não se restringe a pensar nas relações entre homens e mulheres, mas sim opera como uma categoria epistemológica - relativa à forma de produção generificada do conhecimento - perpassada pela noção foucaultiana de poder, compreendendo que todas as coisas do mundo possuem um valor relativo a gênero e poder (BONETTI, 2012). Nesse sentido, o masculino do jornalismo se refere a uma categoria que nos informa sobre como o conhecimento do jornalismo (GENRO FILHO, 1987) participa dos regimes de poder-saber (FOUCAULT, 2012) que transformam diferenças em desigualdades, tanto na sociedade quanto no próprio campo. A compreensão do jornalismo como masculino se baseia na observação das práticas profissionais, das relações e hierarquias de poder (entre profissionais e entre as notícias) e nos tipos de conhecimento (teórico e social) que o circunscrevem e que dão mostras do quanto os atributos convencionados como masculinos são aqueles que revestem sujeitos e práticas profissionais com melhores condições de ocupar os lugares de poder e de prestígio.

Num primeiro momento essa compreensão se deu a partir da observação das rotinas produtivas ao longo de três meses na redação de telejornalismo de uma das maiores empresas jornalísticas do Brasil⁵. Lá, percebi como gênero era um ingrediente distintivo entre os sujeitos

⁵ A pesquisa de campo foi realizada no ano de 2009 junto a um programa da RBS TV Porto Alegre, e resultou na dissertação “Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias”

(jornalistas) e as práticas (jornalísticas), participando dos modos pelos quais o poder e o prestígio eram distribuídos em todas as hierarquias: seja entre profissionais, seja entre as notícias, seja entre as fontes e personagens. Na hierarquia das notícias, as chamadas *hardnews*, que envolvem editoriais de campos historicamente masculinos (economia, política, polícia, internacional), são aquelas consideradas mais relevantes e ocupam o topo do poder e do prestígio. A hierarquia generificada das notícias também interfere sobre os atributos de gênero (e também de raça, de sexualidade, de geração) dos profissionais considerados mais prestigiosos para realizá-las: jornalistas habilitados para produzir *hardnews* são preferencialmente homens, brancos, heterossexuais, reconhecidos por serem “furadores”, fortes, corajosos, pró-ativos, imponentes. Mulheres cujos atributos de gênero masculino também fossem identificados em suas práticas e posturas profissionais poderiam ser consideradas. Os mesmos atributos masculinos foram observados nos profissionais que ocupavam as chefias, independente de serem homens ou mulheres, entretanto, com prevalência de homens.

Além de perceber o masculino – e o machismo e o masculinismo⁶ – como parte dos valores profissionais e dos saberes que se imiscuíam nas relações de poder entre profissionais, nas notícias também pude perceber o quanto estas eram resultado das convenções sociais hegemônicas de gênero, de raça, de classe etc. que constituíam a bagagem de conhecimentos sociais dos jornalistas e eram acionadas de forma inconsciente nos modos como os mesmos liam e interpretavam a realidade. É também através desta pesquisa que a dimensão subjetiva dos jornalistas emerge dando pistas do quanto é pervasiva dos modos de objetivação jornalística. Na observação das práticas jornalísticas no mercado, foi possível perceber que os profissionais, apesar de “rezarem” numa “cartilha” deontológica que prega uma noção de objetividade moderno-positivista (a noção de verdade baseada no referente, no ideário da neutralidade, da imparcialidade e da universalidade), são centrais nos processos de inteligibilidade dos sujeitos e práticas sociais. São eles e elas os agentes responsáveis pela dimensão cognitiva da produção do conhecimento social do jornalismo.

(2010). Foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), escolhida como melhor dissertação de mestrado no Prêmio Adelmo Genro Filho (SBOJOR) no ano de 2011, publicada como livro homônimo pela editora Insular no ano de 2014 como 8º volume da série *Jornalismo à Rígor*.

⁶ Masculinismo pode ser compreendido como uma ideologia que tem como objetivo promover atributos considerados “tipicamente masculinos”

Longe de serem neutros, imparciais, mas resguardados pela promessa da “objetividade jornalística”, acabam por reproduzir suas visões de mundo – observadas como em consonância com as normativas hegemônicas da sociedade – nos modos como leem, interpretam e narram os sujeitos e constroem socialmente a realidade. Ao construírem a realidade através das notícias, reproduziam a ordem dominante tanto nas relações de poder entre os jornalistas quanto na forma como os mesmos, a partir desta bagagem cultural de conhecimentos informada pelos padrões dominantes, enxergavam e narravam aqueles considerados Outros.

A ligação entre cultura profissional, subjetividade e plano de valores mais geral da sociedade se desvelou. A percepção da reprodução do padrão social normativo dominante nas notícias foi melhor explicitada no acompanhamento dos processos de produção em que os estranhamentos e juízos de valor dos jornalistas, expressos frente aos grupos considerados “diferentes”, à margem da norma (LOURO, 1997), recrudesciam. Estes estranhamentos eram fundados nos valores mais gerais da sociedade da qual os jornalistas são parte, e são estes mesmos valores que atribuem um lugar social hierarquicamente inferior àqueles que se diferem e se desviam da norma (o feminino, as mulheres, as pessoas não-brancas, pessoas LBTQIA+, etc.), produzindo representações sociais capazes de colocar tais sujeitos nas bordas. Os jornalistas apareceram caracteristicamente autorreferentes e pouco reflexivos sobre suas práticas, refletindo um certo etnocentrismo na maioria das vezes relacionado aos valores da cultura hegemônica vigente. Demonstraram ser pouco afeitos à relativização e pouco abertos para a diversidade de valores que emergem da sociedade. O modo como o que significa “real” para esses profissionais se explicitou como sendo, então, norteador do que é produzido e veiculado como “verdade” nos meios de comunicação.

A percepção da falta do exercício reflexivo sobre as práticas jornalísticas e sobre a alteridade no exercício da profissão demonstrou não apenas o quanto os jornalistas percebem e narram o mundo a partir das suas subjetividades (que inclui seus valores culturais), dos lugares sociais e posições de sujeito que ocupam. Mas, também, a forma como os profissionais refletem ou rechaçam aquilo que possa ir de encontro às suas “verdades”, o que permeará os discursos jornalísticos na forma de notícias. Entretanto, em nenhum momento os jornalistas davam mostras do entendimento da pervasividade destes conhecimentos sociais incidindo sobre suas práticas e valores profissionais. Mais do que isso, encobertos pelo manto da objetividade, da neutralidade e da imparcialidade, sequer davam pistas de que havia algum tipo

de condição crítica e reflexiva sobre suas práticas, demonstrando alto grau de etnocentrismo nas relações com alteridades.

O etnocentrismo desses profissionais revelou como os jornalistas contribuem, ainda que inconscientemente, para que a diferença seja transformada em desigualdade. Uma vez que os jornalistas demonstraram pouca ou quase nenhuma abertura para conhecer o “estranho”, o “diferente”, deste modo, praticaram juízo de valor que interfere na forma como as notícias serão construídas e, em última instância, nos modos como a sociedade passa a conhecer (ou desconhecer) aquilo que é diferente do que foi convencionado como normal. As relações com as fontes e personagens percebidos como “excêntricos” reproduziam as relações de poder e de saber dominantes nas normativas da sociedade, reproduzindo preconceitos e estereótipos nos modos como liam e narravam a realidade.

O masculinismo é uma forma de exercício de poder. Um tipo de poder que se constitui de valores masculinos, em que a força, a imposição, o individualismo, competição, dominação, pró-atividade, razão entre outros, são exaltados e guiam as posturas/práticas/sujeitos mais valorizados. Constituído com base na ideologia do machismo, extrapola as relações entre homens e mulheres, mas se estabelece em forma de hierarquia colocando não apenas as mulheres, mas tudo o que é convencionado como feminino (como a colaboração, a coletividade, a sensibilidade, a passividade, a emoção, a horizontalidade, etc.) como menor, inferior, indigno. Através da linguagem é possível perceber como todas as coisas do mundo possuem um valor relativo a gênero e poder, caminho pelo qual gênero como categoria epistemológica perpassada pelo conceito foucaultiano de poder nos ajuda a melhor compreender como as formas como nomeamos, classificamos e hierarquizamos é generificada. Já a lente da interseccionalidade nos ajuda a perceber esse tipo de poder operando na intersecção com os demais marcadores de diferença, como raça, classe, sexualidade, constituindo uma hierarquia em que o masculino, branco, heterossexual ocupa o topo. O funcionamento do poder se dá em relação com o saber, como híbrido, nos termos de Foucault (2012) desde o processo colonizador, período em que se estabelecem as formas legitimadas de produção do conhecimento (paradigmas, epistemologias, métodos, conceitos e teóricos) por determinados territórios e sujeitos. Não por acaso o surgimento do capitalismo, do cientificismo e do jornalismo se dá entrelaçado, constituindo e legitimando hierarquias.

3. O Colonialismo do Jornalismo

Ao observar também a formação universitária dos jornalistas, foram perceptíveis algumas das formas pelas quais esta instituição imprime suas marcas nos conhecimentos sociais dos jornalistas. A falta de reflexividade sobre a prática profissional e sobre o conjunto de valores sociais imiscuídos nos processos cognitivos não era prerrogativa apenas da produção do conhecimento jornalístico, mas foi percebida como uma característica observada nas instituições públicas de ensino superior pesquisadas. Entendi que essas limitações se davam, entre outras coisas, a partir de três principais pontos conectivos entre Universidade e Jornalismo: os modelos paradigmáticos e epistemológicos dominantes nas práticas de ensino e nos saberes teóricos e práticos de profissão; a prevalência das racionalidades do sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista (GROSFOGUEL, 2012) nas relações de poder e de saber no âmbito universitário; e a dificuldade da práxis sobre as ingerências destes modelos de pensamento hegemônicos nas atividades de construção do saber que envolvem as formas de conhecer do jornalismo sobre a realidade e a alteridade.

A crítica nos estudos do jornalismo seguiu aproximada por longo tempo do “predomínio prolongado da História Social, de tradição marxista [que] secundarizou demais o campo da subjetividade e da dimensão simbólica” (RAGO, 1998, p. 15). Englobando historicamente o arcabouço conceitual no estudo (e ensino) do jornalismo, esses vieses trazem implícitas formas que, hoje, podem ser consideradas restritas para os modos de concepção da realidade, dos funcionamentos do poder e da problematização mais efetiva dos próprios conceitos de verdade, como mais recentemente se propõem aquelas problematizações derivadas da chamada “virada linguística”.

Ao fazer um escrutínio sobre os modos pelos quais o jornalismo vem se constituindo como um tipo de conhecimento social e refletindo a partir de seus arcabouços teóricos, metodológicos e suas práticas (profissionais e sociais), identifiquei-o fundado nas bases da racionalidade que preside a ciência moderna: um modelo totalitário, que nega o caráter relacional a todas as formas de conhecimento que se pautam por seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metódicas (SANTOS, 2010). É nas bases desta racionalidade, que serve como um modelo de validação dos conhecimentos que se pretendem verdadeiros, que acredito ter o jornalismo se inspirado e se organizado para produzir conhecimentos e se credenciar como conhecimento credível junto à sociedade.

A objetividade, como uma verdade que pode ser alcançada a partir de determinados procedimentos e pressupostos é um destes alicerces onde o jornalismo se constitui. Alsina

reconhece as inspirações do jornalismo na racionalidade moderna e afirma que a defesa da objetividade por parte dos estudiosos da comunicação se dá porque “a objetividade foi sendo construída como se fosse a matriz do nosso pensamento moderno” (ALSINA, 2009, p. 259). Para o pesquisador espanhol, esse mesmo sistema de pensamento provocou as tão criticáveis descontextualizações que cada vez mais participam das narrativas sobre os acontecimentos apreendidos pelo jornalismo.

Os modos como historicamente estabeleceu-se a aura de imparcialidade e de objetividade através das quais a realidade poderia (ou deveria) ser vista e narrada no jornalismo podem ser pensados, de acordo com Genro Filho (1987), também pela influência das perspectivas funcionalistas, cuja base filosófica é o positivismo. Com uma ampla problematização sobre as bases funcionalistas Adelmo Genro Filho não só rechaçou a deontologia da profissão – a simbiose entre a objetividade e a imparcialidade calcadas no pensamento de base positivo-funcionalista – como igualmente reconheceu a subjetividade dos jornalistas nos processos de interpretação dos acontecimentos.

Genro Filho, ao compreender o conhecimento social do jornalismo como atravessado pelas ideologias e concepções hegemônicas da sociedade, focalizou nas dimensões de classe que atravessam a subjetividade dos jornalistas e participam dos modos pelos quais os mesmos narram a realidade. Ao trazer as perspectivas feministas e decoloniais para a leitura epistemológica do jornalismo, foi possível perceber como também as dimensões de gênero, de raça, de sexualidade se interseccionam nessa bagagem de conhecimentos sociais dos jornalistas e são acionadas de forma inconsciente no instante de interpretar a realidade objetiva. Mais do que isto, essas perspectivas ajudaram a compreender o quanto os saberes (teóricos e práticos) dominantes no campo são eles próprios atravessados por essas ideologias e convenções hegemônicas, revelando os meandros da colonização do poder-saber. A partir da crítica feminista à ciência, encontrei caminhos para entender os modos de produção de conhecimentos com status de Verdade observando aproximações do jornalismo com o cientificismo.

A crítica feminista vem há algum tempo tensionando o cientificismo – muito especialmente as noções dominantes de objetividade, neutralidade e universalidade, a fim de colocar em questão não apenas a epistemologia vigente na produção do conhecimento científico, mas sobretudo questionando “os parâmetros científicos definidores de quem pode ou não ser sujeito do conhecimento, do que pode consistir como conhecimento, ou mesmo o que pode ser conhecido” (SARDENBERG, 2002, p. 93).

[...] a crítica feminista tem argumentado que a Ciência Moderna desenvolveu-se a partir de uma estruturação conceitual do mundo que incorporou, no seu vértice, ideologias de gênero historicamente específicas, ainda hoje evidentes na cultura e nas práticas das ciências naturais (KELLER, 1996, p. 2-3). Prenhe da razão dualista, cartesiana, característica do pensamento iluminista, tal estruturação é baseada em uma lógica binária, construída a partir de pares de opostos, por exemplo: sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade, transcendente/imanente, cultura/natureza, ativo/passivo etc. (p. 95). Para as feministas o ponto chave é que essas dicotomias se constroem, por analogia, com base nas diferenças percebidas entre os sexos. **Assim, os conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade, transcendência, cultura, entre outros, que estruturam os princípios da Ciência Moderna, foram identificados como “masculino”,** ao passo que os demais termos das dicotomias – objeto, corpo, emoção, subjetividade, imanência, natureza, etc., sobre os quais os primeiros se impõem hierarquicamente – fazem parte do que historicamente se construiu como “feminino” (LLOYD, 1996) (SARDENBERG, 2002, p. 96).

A modernidade não é apenas o lugar onde uma racionalidade colonizada emerge, mas também o locus geopolítico eurocêntrico que passa a constituir as bases do capitalismo como um poder global hegemônico. O capitalismo é compreendido pelas vertentes decoloniais como um poder global hegemônico que intervém na classificação e hierarquização dos sujeitos através da produção de conhecimentos construídos a partir de uma racionalidade na qual “a homofobia, o racismo, o sexismo, o heterossexismo, o classismo, o militarismo, o cristianocentrismo, o eurocentrismo são todas ideologias que nascem dos privilégios do novo poder colonial capitalista, masculinizado, branqueado e heterossexualizado. Não se pode pensar estas ideologias separadas umas das outras. Todas integram a matriz de poder colonial que em nível global ainda existe” (GROSFOGUEL, 2012, p. 343). Por esse prisma, pode-se melhor vislumbrar como foram se dando os contornos de sociedades colonizadas, hierarquizadas e racializadas – bem como suas instituições – através de dispositivos de poder e de saber cuja ação é sempre posta em conjunto, em diferentes frentes, ao longo de distintos períodos históricos.

Segundo Mignolo (2005), nossa colonização é epistemológica. Isso significa dizer que nossas possibilidades de pensar, bem como os tipos de saberes tidos como válidos, foram designados a partir de uma geocultura centralizada nos países colonizadores do Hemisfério Norte. A epistemologia dominante se constituiu criando hierarquias não apenas entre os tipos de saberes, mas também entre os tipos de sujeitos e as formas como passamos a conhecê-los e valorá-los, desde a formação dos países colonizados, passando pelo modo como esses países engendraram suas organizações sociais (marcadamente desiguais) sob orientação das estruturas de poder e de saber constituintes das racionalidades dominantes.

Pensar sobre os regimes de verdade em relação às operações do poder colonial global ajuda a conjecturar como se estabeleceram historicamente as normas e hierarquias a partir dos sistemas classificatórios de diferença (HALL, 1995) envoltos em relações de poder-saber. Sendo o jornalismo um dos principais dispositivos, com relação direta com as produções e circulações simbólicas, e sendo as notícias um tipo de conhecimento social, pode-se perceber o funcionamento da reprodução destes sistemas classificatórios como parte dos conhecimentos do campo do Jornalismo em retroalimentação com a cultura da sociedade.

A observação da formação dos jornalistas na universidade demonstrou não apenas o quanto as estruturas paradigmáticas e epistemológicas relacionadas ao poder colonial global delineiam os modos pelos quais o jornalismo produz seus conhecimentos, incidindo nos tipos de saber, nas práticas, nos valores e nas relações de poder que estabelecem em consonância com as ideologias hegemônicas da sociedade. Não foi observada nenhuma ação em que a capacidade de agência dos profissionais, bem como a reflexividade sobre as práticas fossem incentivadas. Sequer foi possível observar a facilitação do entendimento das relações entre teoria e prática, menos ainda sobre os modos como a produção simbólica se dá no entrelaçamento em uma e outra. A objetividade masculinista-colonialista seguia sendo o “norte” a guiar a deontologia do jornalismo em suas dimensões normativas e éticas. Tendo observado os funcionamentos do poder-saber e compreendendo que a resistência é a sua contraface, passei a buscar onde estariam operando. Foi a partir desta inquietação que a pesquisa “O nós e o Outro” foi realizada, e alguns dos dados que me levaram a entender esses funcionamentos subversivos são trazidos na próxima sessão.

4. A emergência da subjetividade: o feminino como ação de resistência

A subjetividade (e todos os elementos que estariam relacionados a ela, tais como a sensibilidade, o corpo, a horizontalidade, as visões de mundo dos sujeitos), atributo convencionado como feminino, ocupa as bases da hierarquia no jornalismo. Compreendida como aliada da objetivação jornalística, por não ser considerada “prenhe da razão dualista e cartesiana”, a subjetividade é suprimida não apenas na linguagem, que visa à impessoalidade no discurso com fins de assegurar neutralidade, totalidade e valor de verdade. É suprimida também, em grande parte, nas reflexões críticas sobre as práticas, tanto pelos profissionais que as desempenham quanto por boa parte dos estudos sobre o campo.

Na pesquisa “O nós e Outro” analisando as descrições dos e das jornalistas, seja nos

livros de repórter, seja nas entrevistas, fui compreendendo o quanto os elementos que marcam as suas subjetividades estão interseccionados aos modos como realizam a prática jornalística e através dela promovem rupturas epistemológicas nos modos de compreensão da realidade – e do próprio jornalismo. Num primeiro momento, fui coletando dados do que significa o jornalismo – e também o ser jornalista/repórter, a reportagem. Trata-se de um delineamento das concepções mais amplas da profissão que, num segundo momento, serão apresentados a partir da descrição das práticas – dos métodos, dos valores, das relações que circunscrevem o exercício do jornalismo por esses profissionais.

Encontrei nas palavras de Eliane Brum, em diferentes espaços, algumas definições do que ela entende por jornalismo. As rupturas com as prescrições meramente técnicas, como o uso exacerbado das aspas e, sobretudo, com o reducionismo que impede a complexidade, são objeto de crítica das práticas e elaboração do que significa o que ela considera “bom jornalismo”. O bom jornalismo é composto de elementos das dimensões subjetivas, dos sentidos que possuímos no corpo e que dão sentido às nossas compreensões sobre o mundo e sobre a realidade de forma mais complexa:

O que é o bom jornalismo? **O bom jornalismo é aquele que compreende que a realidade é muito mais complexa do que aquilo que é dito.** Infelizmente, boa parte dos repórteres se deixou reduzir a aplicadores de aspas em série. E a vida não é isso. Quando estás fazendo jornalismo assim, estás fazendo algo meio criminoso, que é o ato de reduzir a complexidade do real. Então, **o bom jornalismo é aquele que escuta o dito e o não dito, escuta os silêncios, aquele que sabe que os gestos e os cheiros podem ser informações tão importantes quanto a palavra.** O bom jornalismo trabalha com tudo que é a realidade e leva ao leitor o máximo de complexidade possível, para que o leitor possa ir onde ele não foi e, a partir daí, faça suas próprias escolhas (BRUM, in MAROCOO, 2012, p. 89).

O jornalismo como um documento histórico, como um dos modos pelos quais a história será contada e conhecida, foi um dos pontos comuns que encontrei nos depoimentos destes repórteres. Mas esse documento histórico não é visto como algo separado das suas próprias responsabilidades pessoais como profissionais junto à sociedade para além do tempo presente. As práticas são delineadas pelo entendimento que esses profissionais têm do que significa ser jornalista/repórter, sobre o significado que o próprio jornalismo tem e, sobretudo, das implicações e responsabilidades de suas ações sobre a sociedade. Não há um apartamento entre sujeitos e práticas nos imperativos éticos que incidem na vida das pessoas, da sociedade e da história:

Nossa função tem importância. **É a partir da nossa história que o historiador no futuro vai contar a história do país,** que o advogado vai fazer direito, que o juiz vai

fazer justiça. **É a partir da história que a gente conta que o promotor faz a defesa pública. Se a gente contar mal a história, tudo fica deformado. E a gente esqueceu de contar a história com eficiência, com competência** (Caco Barcellos em entrevista para pesquisa O Controle discursivo, 2011).

[...] **ser jornalista é ser um historiador do cotidiano. Como repórteres, produzimos documentos sobre a história contemporânea. E faço o meu trabalho com essa responsabilidade muito clara na minha mente. Este é o nosso desafio: ter consciência da nossa responsabilidade.** Se a gente não é capaz de se dar conta disso, a gente tem que fazer outra coisa (BRUM in MAROCCO, 2012, p. 72). E sempre pensei assim: **o que eu faço está influenciando gente agora e daqui a 50, 100 anos, quando alguém, um pesquisador quiser entender como é essa época, ele vai nos arquivos, hoje digitais, e vai encontrar a minha matéria. Se fiz mal o meu trabalho, se fui preguiçosa, se fui incompetente, vou dar uma ideia errada para quem estiver tentando entender a minha época.** Então, essa é a nossa responsabilidade: **produzir um documento de qualidade, que dê toda a complexidade da história que contamos, o maior número possível de verdades e nuances** (BRUM in MAROCCO, 2012, p. 85)

As compreensões acerca do ser repórter, da reportagem e do jornalismo, analisadas a partir de um exercício de crítica e autocrítica das práticas jornalísticas nos faz observar o quanto a capacidade de agência e reflexividade são importantes para o exercício profissional de um “bom jornalismo”, nos termos de Eliane Brum. E para que se compreenda a dimensão da agência e da reflexividade é fundamental que se compreenda a dimensão subjetiva e a existência ativa do sujeito no ato interpretativo – como Eliane e Caco demonstram ter consciência. Há o entendimento de que o jornalismo envolve diretamente visões de mundo e relações de poder que se encontram permanentemente em disputa no fazer jornalístico. Também há a compreensão de que a postura dos profissionais possui ingerência de potencial transformador. Sobretudo nas relações de poder que envolvem a construção de seus Outros, sempre refletidos a partir o reconhecimento da dimensão intrusiva de um Eu-jornalista.

Os procedimentos metodológicos que envolvem a prática jornalística são mantidos por esses profissionais, entretanto, suas noções são ampliadas, complexificadas a partir de valores que não se restringem ao tecnicismo masculinista previsto para a prática. Trago alguns elementos que dão mostras do cumprimento das prerrogativas que baseiam a deontologia do jornalismo (como apuração, checagem, exatidão, descrição correta dos fatos, informação com origem conhecida, etc.) e são realizadas por essas e esses profissionais dando maiores e melhores condições de aproximação com as realidades e com os sujeitos Outros que são partícipes da construção dos discursos jornalísticos. O rigor com o qual os procedimentos metodológicos são aplicados nas práticas destes jornalistas contraria a noção de senso comum

que confunde subjetividade com subjetivismo⁷, e que sugere um afrouxamento na aplicação das técnicas e uma sobreposição do individualismo comprometendo a objetividade.

A noção de apuração, por exemplo, para Eliane Brum, é perpassada pelos atravessamentos do corpo, daquilo que é possível perceber com os sentidos (e os sentires), sem perder de vista os procedimentos deontológicos que prezam pela verificação. Um tipo de apuração que demonstra modos de objetivação crivados de subjetividades:

[...] aquilo que é identificado como jornalismo literário, e que **chamo de bom jornalismo, dá muito mais trabalho, porque você precisa apurar todos os detalhes – e apurar com absoluta precisão. Se o passarinho cantou, que passarinho era esse? Ele está sempre ali ou estava só naquele dia?** Eu sempre dou um exemplo, de um terço de frase em uma matéria que fiz sobre um crime numa cidade do interior paulista. Neste um terço de frase eu dizia algo assim: “fazia sol em Pompeia quando”. Para afirmar que fazia sol, entrevistei cinco pessoas diferentes que estavam na cidade naquele dia, e conferi com três sites de meteorologia quando voltei para a redação. Bastante trabalho para um terço de frase e uma informação tão banal. Mas por quê? Porque se errasse numa afirmação tão simples, o leitor teria todo o direito de não acreditar em mais nenhuma linha do meu texto. Então, dá muito mais trabalho fazer esse jornalismo, muito mais do que aquele do Quê? Quem? Onde? Por quê? Então, o bom jornalismo é resultado direto de muita ralação, mesmo. No jornalismo não tem mágica. O cara pode ser um Nobel de literatura, se ele não faz uma “puta” apuração, ele vai fazer um texto ruim, porque só a apuração vai te dar informações para contar as coisas com detalhes, com atmosfera. Se não tiver apuração, vai ser um texto cheio de adjetivos e sem consistência. É por aí um pouco da minha bronca com o “literário”, usado como má-fé pelas pessoas que têm preguiça de fazer o mais difícil (BRUM in MAROCCO, 2012, p. 89-90)

Para muito além das declarações e dos documentos primários, a apuração mantém um rigor técnico, mas sobretudo ético para esses jornalistas. Em suas narrativas percebi que as fontes recebem o mesmo tratamento horizontal e respeitoso, independente de serem fontes oficiais ou cidadãos comuns. No caso das fontes oficiais, elas recebem menos centralidade do que o jornalismo tradicional sugere, muito especialmente com as práticas cada vez mais frequentes do chamado “jornalismo declaratório”. Trago um pequeno excerto de fala de Caco sobre a escrita do livro Rota 66 que exemplifica o que estou dizendo:

Eu sabia já que era um sistema: o esquadrão da morte financiado pela sociedade brasileira. O estado brasileiro. Então, eu queria fazer uma denúncia contundente. Se eu não conseguir, eu vou ter que abandonar essa profissão. Relatos oficiais são mentirosos. Eu sabia que eram mentirosos. E, todo o dia, eu evitava a mentira apurando muito, mas muita gente que não tinha, sei lá, vontade, coragem ou, algumas, até por preguiça, simplesmente reproduziam os relatos do comando da polícia militar. Aliás, você é obrigado a reproduzir todos os lados da história, e alguns encerravam seu trabalho apenas no relato, que legitimava todo esse extermínio. Então, isso é algo que tem que ser feito, ou eu

⁷ Nos termos do Dicionário de Português Online: tendência para exaltar as próprias qualidades, opiniões, sensações e sentimentos, em detrimento da realidade; egocentrismo.

abandono a profissão e vou fazer outra coisa. Dai eu resolvi fazer o livro, diante desse dilema (Caco Barcellos em entrevista para Dráuzio Varela, 2017).

Um dos desafios dos encontros com alteridades está no etnocentrismo, na leitura do Outro a partir dos valores do Eu, tomando-os como balizas morais pelas quais os Outros serão interpretados - e muitas vezes julgados. Havia percebido nas dinâmicas da redação o quanto as visões de mundo dos profissionais incidiam de forma etnocêntrica nas relações com fontes/personagens. Mas com Eliane, Caco e demais jornalistas, não se dava dessa forma justamente por terem clareza da impossibilidade de qualquer tipo de neutralidade pregada na deontologia. Com essa consciência, sabiam que havia a diferença, mas sobretudo que ela não podia ser transformada em desigualdade. Portanto, a postura horizontal, de escuta, de se colocar em dúvida, se reconhecer atravessado por valores e manter uma postura permanentemente reflexiva eram atitudes que contribuíam imensamente para romper com as relações de poder e de saber hierárquicas.

Esses profissionais rompem com a noção objetivista que lhes promete A Verdade na aplicação das técnicas. Entender que a experiência é parte da verdade é ter a compreensão de que as verdades contadas são também atravessadas pelas escolhas dos jornalistas. Estes jornalistas sabem que a verdade vai ser construída em mosaico a partir dos diferentes pontos de vista que dão conta dos entendimentos dos fatos.

Verdade cujo conceito não considero absoluto, derivado do olhar de determinadas pessoas, determinada empresa. Não acho que a verdade é absoluta. Agora muito menos, será verdade, se você nem a procurou, como acontece frequentemente nas redações. Ter que procurar a verdade, já acho demais. Mas se aproximar dela é nossa obrigação. Com as nossas devidas imperfeições, fraquezas, dúvidas e ideologias, preconceitos, preconceitos e preconceitos (Caco Barcellos em entrevista a pesquisa O controle discursivo, 2011).

Mas para que possam chegar até a verdade é preciso saber escutar (até mesmo os silêncios), conviver, perceber.

Eu faço matérias e vou morando em alguns lugares e tal e sempre peço para as pessoas: “Me mostra o teu mundo”. Porque o que a pessoa me mostra – e o que ela não me mostra – são coisas muito importantes para começar a entender como ela entende aquele mundo. Porque eu não sei nada sobre aquele mundo. Só sei o que li ali e aqui. Se eu for para aquele mundo achando que eu sei sobre aquele mundo, só vou aumentar a minha ignorância. Então, eu tenho que descobrir como aquela pessoa enxerga o seu mundo. Por que ela me mostra isso e não me mostra aquilo? Por que ela deixa de me mostrar tal coisa? Essas são questões importantes que só descubro dessa maneira. Esse é o jeito que eu fui entendendo e aprendendo intuitivamente, no fazer reportagem, no fazer jornalístico. É o jeito que eu trabalho e estou sempre descobrindo alguma coisa nova a partir da experiência. Eu sou uma repórter muito mais da experiência do que de algum

manual ou da academia. A minha construção é muito mais pela experiência, pela intuição (BRUM in MAROCCO, 2012, p. 79)

Eliane Brum fala mais detalhadamente sobre a escuta como uma forma que demonstra um profundo rompimento com as relações hierárquicas que se estabelecem entre jornalistas e fontes. Relações essas que, em nome da perseguição do “furo” acabam resultando em práticas quase violentas, em que jornalistas tentam arrancar alguma informação de suas fontes. Há o entendimento de um pacto respeitoso entre repórter e fonte, ambos colocados em relações horizontais, de confiança e de consideração, o que é mais uma das práticas evidenciadas com base em valores aqui considerados femininos, bem como potencializadora de melhores encontros com as diferenças. Há nesse depoimento a apresentação de uma ética profissional que, de acordo com o relato, é fruto de uma prática permanentemente refletida, um exercício de autocritica e de aprendizagens a partir dessa reflexividade. Um saber que merece ser compartilhado:

[...] a escuta vai ser transformar em história contada. Outra coisa importante a dizer sobre essa escuta é que **não arranco nada de ninguém. Essas coisas de jornalista que se orgulha de ter arrancado alguma coisa bombástica de alguém, alguma coisa que essa pessoa não queria ter dito, não me interessam.** É claro, pode ter um sentido em um outro tipo de reportagem, mas não é o meu jeito. As pessoas me contam por que desejam me contar. **Há um pacto entre a pessoa que conta a história e o repórter que escuta a história. Um pacto de confiança.** O que digo, não exatamente com palavras, é que **vou escutá-la. Sem preconceitos e sem julgamentos. E vou respeitá-la, e ela vai me contar aquilo que para ela é a verdade dela ou as verdades dela, com honestidade. E é nesse meio do caminho que a gente se encontra.** No jornalismo, na reportagem, os limites devem ser questionados todos os dias, porque não é fácil saber os limites, não tem fórmula para isso, é uma reflexão constante. Todo dia tens que pensar se não estás infringindo alguma lei invisível, se estás passando dos limites com as pessoas. Hoje meu limite é muito mais claro. O meu limite é me colocar no lugar do outro. Se preciso buscar alguém, se preciso bater na porta de alguém, eu me coloco no lugar dessa pessoa: como me sentiria se um jornalista batesse na minha porta: Como me sentiria diante de tal pergunta? Eu poderia respondê-la? Se a resposta for não, não bato nessa porta. Porque o meu limite é dado pelo seguinte: não posso pedir a alguém aquilo que não sou capaz de dar. Isso foi uma coisa que eu fui entendendo com o tempo. Eu tenho a maior tranquilidade de dizer: eu não faço isso. E se alguém me diz: “não quero falar”, eu vou embora, porque eu não acho que alguém tenha a obrigação de me dar uma entrevista. É claro que isso tem uma reação dentro da redação, mas eu pago o preço. **Para fazer aquilo que a gente acredita, ter a dignidade e a ética que a gente acredita, a gente paga um preço, mas aí eu tenho que pagar mesmo, ninguém disse que a vida era fácil.** Então, sou muito tranquila. Pronto, não quis falar. Já está dito. E isso eu aprendi errando também. **Eu aprendi com as coisas que eu fiz e com as que eu deixei de fazer** (BRUM in MAROCCO, 2012, p. 80)

O entendimento de que as relações com as fontes devem se dar de forma horizontal, em que o repórter não coloca a si e a seus valores acima de seus interlocutores, e o entendimento

que as diferenças dos lugares que ocupam as fontes nas hierarquias da sociedade não é prerrogativa para um tratamento distinto entre elas é outro ensinamento importante trazido por esses e essas repórteres. Caco chega a relatar de forma mais direta esse entendimento: **“Sim, todo mundo é fonte. Trate todos com respeito, seja ele um assassino de quinto grau ou o presidente da república. Todos merecem o mesmo tipo de tratamento e o mesmo tipo de atenção, independente da história”** (Caco Barcellos em entrevista para a pesquisa O controle discursivo, 2011).

Os sentidos – o olhar, a escuta –, as sensações, a intuição (atributos convencionados como femininos), normalmente alijados das prescrições para uma prática que se pretende objetiva e neutra, são elementos reiterados nas descrições das ações deste e destas jornalistas. O corpo e as emoções são discursivizados como parte da racionalidade no processo de cognição para a interpretação e narração da realidade, e dão indicativos de ser um dos modos de deslocamento da objetivação jornalística dominante. E Eliane Brum é, entre as e os jornalistas que compõem essa pesquisa, aquela que mais menciona o corpo como parte integrante dos modos de objetivação jornalística mais afeitos a alteridade. Selecionei algumas passagens do “O olho da rua” (BRUM, 2017), um dos livros em que a repórter mais evidencia o sujeito corporificado que dá vida ao jornalismo – seja esse sujeito o/a repórter ou a fonte :

Ser repórter é algo visceral, definitivo do que sou. Algo que vivo com o corpo (p. 13). [...] exerço o jornalismo **sentindo em cada vértebra** o peso da responsabilidade de registrar a história do presente, a história em movimento. A realidade é um tecido intrincado, costurado não apenas com palavras, mas também com **texturas, cheiros, cores e gestos** (p. 14).

Escrever, para mim, é um ato carnal. Quem me conhece sabe a literalidade com que vivo. E, principalmente, a literalidade com que escrevo. Eu sou o que escrevo. E não é uma imagem retórica. Eu sinto como se cada palavra escrita dentro do meu corpo com sangue, fluidos, nervos, fosse mesmo de sangue, fluidos e nervos. Quando um texto vira palavra escrita, código na tela de um computador, continua sendo carne minha. Sinto dor física, real e concreta nesse parto. Sou tomada por essa experiência. Tenho 20 anos de jornalismo e **20 anos de briga com editores que não compreendem por que eu sangro um pouco a cada vírgula arrancada – ou colocada** (p. 109-110)

O uso dos sentidos – do olhar que não apenas vê, mas enxerga, da escuta profunda e da percepção ativa, que se faz com todo o corpo e também com a intuição – pode ser compreendido como um instrumento “tecno-subjetivo” das práticas jornalísticas mais afeitas a alteridade. Talvez sejam esses novos instrumentos, valores e imperativos éticos que possam ser melhor estudados e impregnados nas formações dos jornalistas, servindo como saberes de profissão muito mais capazes de elevar a qualidade das práticas jornalísticas e na forja dos profissionais.

5. Considerações Finais

São muitas as descrições das estratégias que deslocam-se do modo de objetivação jornalística, e neste artigo trouxe apenas alguns fragmentos dos dados que dão pistas das condições de exercício de uma prática mais afeita à alteridade. A emergência da subjetividade, sem dúvida, foi um elemento importante para compreender as rupturas epistemológicas, as ações de resistência e as possibilidades concretas de um exercício do jornalismo capaz de não mais ter como dominância a transformação das diferenças em desigualdades. E penso, como Fabiana Moraes (outra das jornalistas expoentes e participante desta pesquisa, e a quem me somo na defesa de um jornalismo de subjetividade), que “um dos motivos para a resistência em agregar essa prática subjetiva ao trabalho talvez seja a própria desmistificação do papel do profissional da imprensa, fenômeno que vem ocorrendo há muito, quer ele queira ou não” (MORAES, 2015, p. 160).

Os jornalistas investigados demonstram ser notáveis nas rupturas paradigmáticas, epistemológicas e de poder do jornalismo: de um jornalismo moderno-positivista-masculinista-colonialista para um jornalismo pós-moderno-complexo-feminista-decolonizador; de uma objetividade positivista incorpórea para uma objetividade situada e corporificada; de uma visão que se promete totalitária para uma visão declaradamente localizada; de um pensamento binário para um pensamento complexo; de uma ética construída sobre um ideário deontológico prescrito por uma racionalidade fixa e tecnicista, que interdita a subjetividade e a reflexividade sobre a prática (e acaba por reproduzir relações desiguais), para uma ética que prevê a subjetividade como caminho para a permanente reflexividade sobre a prática e em constante dialogia entre o eu e o outro (o que permite a alteridade e diminui o potencial de transformação de diferenças em desigualdades).

Entendo que esses e essas profissionais produzem um conjunto de saberes oriundos das práticas que merecem ser mais profundamente conhecidos pelos futuros profissionais do jornalismo. Tratam-se de práticas profissionais que certamente contribuem para formar jornalistas mais consoantes com uma atividade intelectual tão relevante na chamada sociedade do conhecimento: capazes de propor novas perguntas, pautar novas perspectivas de pensamento e provocar mais indagações do que respostas simplistas e definidoras para os complexos acontecimentos da realidade, produzindo conhecimentos que possam permitir mais reflexão e criticidade ao público, assim como melhores encontros com a alteridade. Pois a noção de alteridade e a percepção de que o Outro é construído a partir de um Eu pode ser

revolucionário como uma noção central nos processos simbólicos do fazer jornalístico, e nisso os jornalistas passariam a ser compreendidos e a se compreender em suas centralidades nesses processos.

Referências

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BONETTI, Alinne. Gênero, poder e feminismos: as *arapiracas* pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **labrys, études féministes/ estudos feministas** juillet/décembre 2011 -janvier /juin 2012 - julho /dezembro 2011 -janeiro /junho 2012
- BRUM, Eliane. **O Olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017. 376p.
- FOUCAULT, Michael. Microfísica do Poder. In: MACHADO, Roberto (Org.) **Microfísica do Poder**. São Paulo: GRAAL, 2012
- GENRO FILHO, Adelmo. (1987). **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Recuperado de <http://www.adelmo.com.br/index3.htm>
- GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocênticas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. Contemporânea, **Revista de Sociologia da UFSCar**, 2(2), 2012, pp. 337-362.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante (1995). **Revista Z Cultural** – Revista cultural do programa avançado de cultura contemporânea UFRJ – Ano VIII n. 2 – 1995. Disponível em <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva”. parcial. **Cadernos Pagu** 5, 1995, Campinas: Ed. Unicamp, vol. 5, pp. 7-41
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, **CLASO**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005. pp. 71-103 Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Mignolo.rtf>
- MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.
- RAGO, Margareth. (2015). **Epistemologia feminista, gênero e história**. Recuperado de <http://www.cntgaliza.org/files/rago%20genero%20e%20historia%20web.pdf>.
- SARDENBERG, Cecília. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: Cecília Maria B.Sardenberg, Ana Alice Costa (Orgs.), **Feminismo, ciência e tecnologia Salvador**: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002, pp. 89-120

VEIGA DA SILVA, Marcia (2010). **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção da notícia. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010

VEIGA DA SILVA, Marcia. (2015) **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.